

A ESCOLHA POPULAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - O CASO DOS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E PORTUGUESA: PROTEÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

CLAUDIA TANNUS GURGEL DO AMARAL

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Pós Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora

Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Editora

Assistente da Revista Digital “Direito da Cidade” (UERJ). Membro

associado/investigador do Observatório Político (Lisboa/Portugal). Membro

efetivo da Associação Brasileira dos Editores Científicos.

RESUMO: A justificativa da relevância temática: Em um contexto de discussão sobre a crise no modelo de democracia representativa, as reflexões a favor dos mecanismos de controle social sobre o Estado com o empoderamento do cidadão elevam as potencialidades de se democratizar a democracia nos caminhos da democracia participativa. Entendida como modelo de democracia que assumiu a partir da metade século passado destaque no debate político, e mantém-se como tendência no início do século XXI em razão do crescimento de experimentos a se difundir pelo mundo, a democracia participativa surge como resposta às democracias liberais ocidentais, que ao impor um modelo hegemônico único e universal, passa ao longo das últimas décadas por uma degradação na qualidade da democracia levando a uma perda da diversidade democrática por ser hostil à participação ativa social. Esse modelo está em crise e sofrer da chamada dupla patologia: “a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram.” (Santos e Avritzer 2002, 37). Numa expansão pelo mundo, muitas experiências de participação democrática se apresentam em escala local, regional e nacional, contrárias à democracia de baixa intensidade contribuindo para aproximar representados e representantes, e recuperar a confiança perdida, no ideário de construir uma sociedade mais politicamente ativa. Baseadas em princípios de reciprocidade, corresponsabilidade, cooperação e solidariedade, as experiências de participação ativa demonstram um potencial de eficácia e eficiência governativa nas escolhas das políticas públicas de interesses sociais, a estimular a prática cotidiana de uma ação coletiva transformadora. O aprofundamento de debates sobre a emancipação social numa perspectiva de democracia de alta intensidade, com foco nas políticas públicas e ênfase nas políticas sociais inclusivas se faz pertinente e atual diante do distanciamento entre governantes e representados. As hipóteses (objetivos): A exigência de uma cultura mais participativa e o empoderamento dos cidadãos é a consequência de uma tendência global contra o monopólio político e cultural das instituições tradicionais representativas diante da perda de credibilidade e desinteresse por parte do eleitorado do processo político. Objetiva-se com a proposta de pesquisa verificar o impacto político e também cultural da prática de ferramentas genuinamente participativas, tomando como objeto central da análise o orçamento participativo (OP), nas experiências brasileiras e portuguesas, respectivamente Porto Alegre e Cascais; verificar os resultados obtidos e desses resultados construir um balanço das experiências

analisadas. Por se tratar de pesquisa descritiva e quantitativa, a metodologia enfatiza a coleta de dados, a análise documental, em especial as normas relacionadas. Será a web o instrumento de coleta de dados de fontes primárias.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICAS; PÚBLICAS; ORÇAMENTO;
PARTICIPATIVO